
Intersectionality, political rights and gender relations: interdisciplinarity in research on female participation in politics

A interseccionalidade, os direitos políticos e relações de gênero: a interdisciplinaridade na pesquisa sobre a participação feminina na política

Ana Paula Brandão Brasil, Aloísio Alencar Bolwerk, Adilson Cunha Silva

Received: 2023-01-11 | Accepted: 2023-02-12 | Published: 2023-03-03

ABSTRACT

The development of knowledge in the areas of humanities and social sciences has been transmuting and resizing the paths trodden for the understanding of complex phenomena, of an inter/transdisciplinary nature, which were once analyzed from methodical macromodels and theoretical frameworks circumscribed to the specific scientific field in which it was researched. This mode of elaboration of knowledge has been questioned, leading to the reflections that configure the objective of this article, which consists in the search and identification of new theoretical-methodological possibilities for the development of research dealing with the theme on political rights and gender relations, problematized in the causes of low female participation in Brazilian politics. For this, considering the reflective nature of the article, the method used is exploratory and basic. Considering the theoretical and prospective nature, the reflections developed sought to see the usefulness of intersectionality, inter/transdisciplinarity and transversality in studies involving the object theme of reflection, especially issues involving gender relations, the causes of low female participation in Brazilian politics and the possibilities of its expansion.

Keywords: Intersectionality; Inter/Transdisciplinarity; Female Participation in Politics; Gender Studies; Heteronormativity

RESUMO

O desenvolvimento do conhecimento nas áreas das Humanidades e Ciências Sociais vem se transmutando e redimensionando os caminhos trilhados para a compreensão de fenômenos complexos, de natureza inter/transdisciplinar, que outrora eram analisados a partir de macromodelos metódicos e quadros teóricos circunscritos ao campo científico específico no qual era pesquisado. Tal modo de elaboração do conhecimento tem sido questionado, levando às reflexões que configuram o objetivo deste artigo, que consiste na busca e identificação de novas possibilidades teórico-metodológicas para o desenvolvimento de pesquisas tratam da temática sobre os direitos políticos e as relações de gênero, problematizada nas causas da baixa participação feminina na política brasileira. Para tanto, considerando a natureza reflexiva do artigo, o método utilizado é o exploratório e básico. Considerando a natureza teórica e prospectiva, as reflexões desenvolvidas buscaram ver a utilidade da interseccionalidade, da inter/transdisciplinaridade e da transversalidade nos estudos que envolvem a temática objeto da reflexão, principalmente as questões que envolvem as relações de gênero, as causas da baixa participação feminina na política brasileira e as possibilidades de sua ampliação.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Inter/Transdisciplinaridade; Participação feminina na política; Estudos de Gênero; Heteronormatividade.

INTRODUÇÃO

O lugar feminino na política é um desafio que remonta a tempos imemoriais e deve ser analisado a partir do contexto que se quer compreender, mas sem perder de vista que, ao se pesquisar o estado atual de tal questão, esse resulta da construção histórica que sedimentou a mentalidade sobre o lugar que o ser feminino deve ocupar nos espaços públicos e nas instâncias de poder.

As relações de gênero trazem consigo uma complexidade que demanda um olhar diferenciado do pesquisador, a ser realizado por meio de instrumentos metodológicos e teóricos que interseccionam e transversalizam as condições de existência do ser feminino e o conteúdo teórico que subjaz as análises.

Assim, diante da necessidade de abrir caminhos à reflexão sobre o lugar feminino na política no atual contexto de saberes múltiplos e existências complexas, quais instrumentos teóricos-metodológicos se mostram aptos ao aprofundamento da compreensão sobre a questão posta e quais desafios se vislumbram quanto ao processo que conecta o processo analítico sobre o lugar feminino na política e a busca de instrumentos de compreensão do atual quadro empírico desse lugar?

Os questionamentos postos estão no centro deste artigo que tem como objetivo apresentar aspectos teóricos-metodológicos pontuais, mas de grande relevância, à instrumentalização das pesquisas que envolvem as relações de gênero e o lugar do feminino na política.

Para tanto, a partir do uso de múltiplas formas de raciocínios analíticos e numa perspectiva dialética, as questões apresentadas serão respondidas de forma reflexiva e pontual.

Na primeira seção serão abordadas as questões atinentes aos instrumentos teóricos-metodológicos necessários à compreensão das relações entre teoria de gênero e a participação feminina na política, num contexto complexo como o contemporâneo.

Na sequência, a segunda seção tratará dos desafios enfrentados pelo binômio teoria-empíria e o lugar feminino na política no contexto contemporâneo, o que levará às considerações finais que, sem a pretensão de reduzi-las a conclusões fechadas, serão abertas a reflexões dirigidas à densificação das questões inicialmente apresentadas, que não se esgotam em si, pelo contrário, se abrem e ampliam os horizontes de análise sobre o lugar do feminino na política.

INTERSECCIONALIDADE E INTER/TRANSDISCIPLINARIDADE COMO INSTRUMENTOS DE COMPREENSÃO DAS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CONTEXTO DO EXERCÍCIO DOS DIREITOS POLÍTICOS

Direitos políticos e relações de gênero têm se encontrado em diversos campos do conhecimento, em especial nos que envolvem Direito e Ciência Política, o que torna necessário

repensar as estratégias metodológicas utilizadas para o levantamento dos dados e das análises a serem desenvolvidas sobre eles.

A temática ampla dos direitos políticos combinada com as de relações de gênero também atraem a atenção de outras áreas do conhecimento, ampliando, com isso, a necessidade de interação de conteúdos, métodos, modos de raciocínio analítico, fontes, transitando da disciplinaridade à interdisciplinaridade.

Tal enquadramento de conexões de conteúdos e percursos, quando inseridos num contexto de pesquisa, faz emergir o domínio dos instrumentos de pesquisa que se encontram num momento de tensão paradigmática, tanto em razão das temáticas, cada vez mais complexas; como em virtude das singularidades que permeiam elementos novos, que redimensionam os fenômenos sociais antes conhecidos e tidos como verdades sólidas, dogmaticamente estabelecidas e aplicadas (SANTOS, 2006, p. 90-91).

As relações de gênero se constituem em objeto de estudo multidimensional, permeado de singularidades e aberto a transformações no ser biológico, cultural, histórico, psicossocial individual e coletivo. A complexidade das construções relacionais de gênero e dos diversos gêneros reverberam, portanto, nos espaços privados e públicos, se mesclam e elevam a ocorrência de fissuras nas instituições sociais, políticas e jurídicas (BUTLER, 2003, p. 18-19).

Portanto, considerando a profusão de elementos conceituais e categoriais a serem interligados, o que amplia demasiadamente a complexidade das relações de gênero, surge a necessidade de opções analíticas que comportam tal profundidade e a explicitação delas, *a priori*, para expor os aspectos intrínsecos e extrínsecos do que se concebe como gênero, suas relações, a política e o agir político e na sequência estabelecer os processos relacionais de poder com as questões atinentes aos direitos políticos.

Dentre as diversas opções de instrumentos e categorias analíticas se apresenta a interseccionalidade, que, em razão da sua abertura propositiva de produção do conhecimento a partir da conjunção entre o teórico e o prático, numa perspectiva complexa do conhecimento sobre os fenômenos sociais, situa-se com instrumento hábil à busca de soluções para situações de difícil compreensão e solução no plano sociopolítico que tem como sujeitos, membros de minorias que se encontram às margens do poder hegemonicamente estabelecido.

Mas, no que consiste a interseccionalidade e como ela age como instrumento de pesquisa no desenvolvimento da análise de objetos fenomênicos complexos como gênero?

A interseccionalidade se constitui como instrumento analítico para o estudo e a conexão de diversas categorias analíticas, necessárias à compreensão de sociedades marcadas pela diversidade, bem como por multiníveis de relações de poder, que devem ser vistas para além dos aspectos dicotômicos, trazendo à tona existências plurais e diversas, marcadas por variadas condições existenciais que se impõem como categóricas: gênero, raça, etnia, geracional, origem

nacional, orientação sexual, econômica, social, cultural, todas em conexão, ampliando o quadro amostral da diversidade social (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16-17).

Destarte, partindo desse quadro de múltiplas categorias, há ainda os fatores de tempo, espaço e, sobretudo, de poder, e como esses devem ser considerados pelos procedimentos da interseccionalidade, como instrumento analítico, para a compreensão de fenômenos sociais complexos, como evidenciado por Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021):

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma fonte de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS; BILGE, 2021, p. 15-16)

O conceito de interseccionalidade apresentado por Collins e Bilge (2021) é posto de forma aberta e sua idealização comporta adaptações, cortes e acréscimos que terão lugar a partir do objeto de estudo proposto. Nesse sentido, não há como desconsiderar que a força que a interseccionalidade tem em estudos sobre situações e sujeitos marginais reside na conexão de variadas categorias analíticas a partir de temas que se encontram para complexizar a análise.

Seis temáticas se estabelecem como *locus* de produção de conhecimento e centro irradiador de parâmetros analíticos, mas não se esgotam nem restringem a associação de outros que poderão transversalizar a análise. As seis temáticas que abrem a estruturação analítica interseccional, segundo Collins e Bilge (2021, p. 49), são: a desigualdade social, a relacionalidade, o poder, o contexto social, a complexidade e a justiça social.

Cada uma dessas temáticas se estabelece de forma dinâmica, interligando o global e o local, o geral e específico, para, por meio desses movimentos de epistemológico e prático, aprofundar o conhecimento sobre o problema pesquisado e qualificar as soluções possíveis, e, quando não viáveis, abrir o caminho para novos estudos sobre o objeto em estudo.

Os eixos temáticos norteadores da análise interseccional crítica atuam de forma a romper com o paradigma disciplinar, pautado em pressuposto da modernidade cartesiana, abrindo caminho para a interação de conteúdos de áreas distintas do conhecimento e a ação mútua de métodos, modos de raciocínio analítico e instrumentos de análise.

Cada uma das temáticas apresentadas como essenciais a um estudo interseccionalizado, traz consigo as várias perspectivas sobre si. Mas, diferentemente das clássicas formas de produção do saber, lançam-se num processo disruptivo, afastando-se das oposições binárias excludentes, baseadas no ou/ou, para se situar no e/e.

A desigualdade social, ao se instituir como base de análise, deve ser levada em consideração a partir das suas perspectivas filosóficas distintas, conectadas à práxis social, aos

dados sensíveis e múltiplos que influenciam a tomada de decisões das políticas públicas, tanto numa perspectiva global como na local (COLLINS; BILGE, 2021, p. 247-249).

Como *locus* de conhecimento, fundamento filosófico e categoria de análise, a desigualdade social se insere na dinâmica analítica da interseccionalidade de maneira multiforme, interligando a práxis crítica com a teoria, para a partir delas compreender e, ao mesmo tempo, propor e, não só, também transformar a realidade através do ativismo qualificado.

O poder, nesse contexto analítico se conecta à condição existencial de desigualdade social e aos demais temas, pois a sua ação possibilita os movimentos de permanência do *status quo* e as transformações sociais que decorrem dos processos de resistência e ação originárias das práxis sociais (COLLINS; BILGE, 2021, p. 249-252).

O contexto social, por sua vez, se apresenta por meio da historicidade latente na existência do ser humano, que une o passado ao presente, dando sentido à diversidade que permeia as relações de poder que geram as desigualdades sociais. Nesse aspecto temático essencial, há de se considerar que as camadas contextuais devem ser observadas em coexistência. A temporalidade é um dos pontos de difícil tratamento das análises desenvolvidas pelas Ciências Humanas e Sociais, bem como também se corporifica de difícil trato pela interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021, p. 252-255).

A contextualização não deve ser tida como uma narrativa descritiva, um pano de fundo da história contada, mas, deve se situar como os elos de decodificação das condições existenciais das diferenças que permeiam as relações de poder e geram as desigualdades. Com isso, a relacionalidade ganha sentido e promove a interdisciplinarização do conhecimento.

A importância da relacionalidade para a atuação da interseccionalidade está no encontro de discursos, das ideologias contrastantes e dos projetos políticos dos diversos segmentos sociais num dado contexto social e suas conexões locais e global. Aqui é que a complexidade ganha espaço e a aparente simplicidade dos conhecimentos são dissuadidos (COLLINS; BILGE, 2021, p. 255-259).

A complexidade consolida as ligações entre as temáticas norteadoras de uma análise interseccional crítica, bem como une de forma conglobante o ser abstrato com a sua dimensão material, projetada no mundo físico, caracterizada na diversidade que é peculiar ao ser humano, que não deve ser visto a partir das generalizações típicas das análises disciplinares, mas das especificidades que marcam a contextualização da sua existência (MORIN, 2005, p.76-77).

Todas as estruturas analíticas conectadas pelas categorias de análise que corporificam a interseccionalidade crítica convergem ao centro da temática central – justiça social. Ao colocar no centro de convergência a justiça social, a interseccionalidade miscigena o conhecimento. A ela não interessa um conhecimento puro teórico ou prático. O ou/ou é substituído pelo e/e, tornando o conhecimento produzido em conhecimento/ação, teórico/empírico, resistência qualificada pelo

saber, dirigida a transformação social, promotor de justiça social em estado dinâmico e permanente (COLLINS; BILGE, 2021, p. 245).

Como demonstrado, a interseccionalidade como instrumento de análise crítica se constitui como instrumento de transformação social, voltado à promoção da justiça social. Logo, há de se reconhecer que é um modo de fazer saber científico marginal, disruptivo, interdisciplinar, direcionado a uma decolonialidade do fazer e agir político para redirecionar e distribuir o poder institucional de forma mais igualitária, possibilitando, com isso, novas reflexões sobre o lugar das minorias no poder e os reflexos das transformações sociais decorrente desse novo saber/agir político do quadro social nos espaços de poder político institucional.

Ainda no contexto de demonstração da instrumentalidade da interseccionalidade para o estudo de minorias e dos seus lugares de poder na sociedade contemporânea, a interdisciplinaridade se impõe e transversaliza a análise interseccional crítica, pois, a complexização do conhecimento e da práxis social atrai conhecimentos de áreas distintas e estratégias metodológicas plúrimas.

Enquanto a interseccionalidade se firma como instrumento de análise que atrai diversas categorias analíticas, a interdisciplinaridade se apresenta como lugar de produção de conhecimento, no qual interseccionalidade atua (NICOLESCU, 1999, 50-51). Mas, tanto uma quanto a outra, no desenvolvimento de um conhecimento complexo, se cristaliza como lugar de conhecimento e instrumento, pois são multidimensionais. A interdisciplinaridade no processo de produção do conhecimento, além de lugar de produção, configura a natureza do conhecimento que dele decorre, lhe dá identidade e o potencializa como ser complexo.

Postas tais considerações sobre a instrumentalidade da interseccionalidade e a importância da interdisciplinaridade para a complexização do conhecimento dirigido a qualificação da práxis social, torna-se necessária algumas pontuações sobre a importância da interdisciplinaridade e da interseccionalidade, de forma específica, nos estudos das relações de gênero e dos desafios para ampliação da participação feminina político-partidária no Brasil.

REFLEXÕES PRELIMINARES SOBRE AS POSSIBILIDADES DE USO DA INTERSECCIONALIDADE E DA INTER/TRANSDISCIPLINARIDADE NA ANÁLISE DA TEMÁTICA QUE ENVOLVE RELAÇÕES DE GÊNERO E O LUGAR FEMININO NA POLÍTICA

As questões de gênero e as diversas relações nas quais elas estão imersas por si só expõem e chamam para si novas formas de pensar e produzir conhecimento sobre um objeto de estudo, que, por natureza, corporifica-se como complexo e atrai para si um tratamento interdisciplinar, ou até mesmo, transdisciplinar. Tal razão leva ao uso da interseccionalidade, que, como já salientado, possibilita as conexões entre categorias analíticas distintas, que ampliam o panorama analítico.

As relações de gênero e o lugar feminino na política se estabelece como uma temática que se estrutura em diversas categorias de análise, entre elas é possível estabelecer as centrais e as transversais. Heteronormatividade, Gênero e relações de gênero se constituem como centrais. Já as demais, como: raça, etnia, classe social e geração, para as pontuações que serão desenvolvidas, transversalizam a análise.

Diante disso, à visualização prévia desse enquadramento do conteúdo a ser pesquisado e do arcabouço epistemológico que antecede a análise, devem ser acrescentados os instrumentos metodológicos, que possibilitarão o rigor necessário ao tratamento da temática em análise.

Partindo da opção pela interseccionalidade como estratégia metodológica central, há a necessidade de, no plano do desenvolvimento do processo de análise da temática exposta, precisamente as relações de gênero e o lugar feminino na política, optar por um marco teórico que possibilite o conhecimento do lugar epistêmico da análise a ser realizada.

Aqui, a título de exemplo, para a definição de gênero, a perspectiva primeva é a desenvolvida por Joan Scott, no seu clássico artigo “*Gender: a useful category of historical analyses*”, publicado originalmente em 1986, na *The American Historical Review* e republicada com revisões no livro – *Gender and the politics of history*, em 1989 (HOLLANDA, 2019, ePub, p.11).

Joan Scott associa o desenvolvimento do conceito de gênero, naquele contexto histórico da década de 1980, a um processo oriundo do sistema binário, homem e mulher, masculino e feminino, mas associa à categoria analítica gênero as relações de poder, abrindo caminho a uma indissociável relação conceitual e teórica que possibilita a ruptura com a compreensão de gênero como sexo, levando o feminino e o masculino ao plano simbólico, historicamente construído através das relações sociais.

As múltiplas faces da definição de gênero desenvolvida por Joan Scott consistem e se delineiam nos seguintes termos:

Minha definição de gênero tem duas partes e várias subpartes. Elas são ligadas entre si, mas deveriam ser analiticamente distintas. O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder, mas a direção da mudança não segue necessariamente um sentido único. Como elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre diferenças percebidas entre os sexos, o gênero implica quatro aspectos relacionados entre si. (SCOTT, 2019, p.67).

Ao partir do marco teórico de Joan Scott, uma primeira acepção de gênero, como categoria analítica, consistente na dimensão sexual, não afasta o papel dos processos socioculturais na modificação do lugar de agir político da categoria analítica. Além disso, o olhar scottiano sobre gênero como categoria analítica, estabelece a fundamentalidade dos processos

relacionais no plano social, que tem como pressupostos ordens hierárquicas de poder, que se visibilizam no plano macro e microscópico, pautado pela heteronormatividade, que se constitui como estrutura hegemônica das relações sociais e políticas.

A intersecção da categoria de gênero com a heteronormatividade conforma uma categoria complexa, compreendida na expressão relações de gênero. Tal expressão, mais uma vez, engloba novos elementos para a categoria gênero, que não pode mais ser vista de forma binária, mas plural, pautada na multidiversidade que compreende a sua natureza mutante e promotora de transformações sociais.

Assim, diante da mutabilidade conceitual de gênero e da sua capacidade de associação com outras categorias de análise, o feminino e o masculino não se identificam mais, apenas ao sexo biológico, mas também ao agir político, ao modo de se relacionar e exercer o poder. O fator simbólico transpõe as barreiras das concepções essencialistas, para redimensionar a importância dos processos socioculturais e políticos, que demandam novos olhares sobre o estar masculino e feminino, ou seja, sobre as performances relacionais hegemonicamente pautadas pela lógica de poder heteronormativa.

Nesse aspecto, considerando a natureza interdisciplinar da temática, a compreensão da conformação conceitual da condição existencial feminina na sociedade agrega à perspectiva histórica de gênero, cunhada por Joan Scott, aquela desenvolvida por Judith Butler, fundada em pressupostos filosóficos pós-estruturalistas, que em um dos seus textos seminais – “Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista”, publicado originalmente na revista – *Theatre Journal*, vol. 40, n.4, dez. 1998, explicita uma nova possibilidade de uso do gênero como categoria analítica.

Ao trazer para a análise do lugar feminino na política a concepção de gênero butleriana, como uma das faces da categoria de gênero, constituída após a desenvolvida por Joan Scott, a reflexão ora desenvolvida não quer demonstrar superação de uma concepção, mas a sua necessária intersecção objetual e analítica, que marca o momento de aprofundamento teórico e seccionamento das possibilidades analíticas dos gêneros binários e dos gêneros plurais (BUTLER, 2019, p. 214-216).

O reconhecimento da importância do ponto de partida na diferença sexual, binária por Judith Butler, marca um lugar fático e historicamente situado para a demonstração de outras questões que transcendem ao sexo e levam a reflexões filosóficas sobre gênero e relações de gênero.

Ao descrever a importância dos trânsitos analíticos e epistemológicos que conformam gênero, Judith Butler apresenta uma possibilidade de definição, que impacta, principalmente, no agir político das mulheres, na performance que se expressa no ato como que se corporifica como signo cultural e gera experiências subjetivas, que impactam nas condições de existências das mulheres para além do sexo.

Consideremos gênero, então, como *um estilo corporal*, um “ato”, que é intencional e performático, em que “performático” tem ao mesmo tempo uma carga “dramática” e outra “não referencial”.

Quando Beauvoir afirma que “mulher” é uma categoria histórica e não um fato natural, ela claramente sublinha a distinção entre sexo, como uma facticidade biológica, e gênero, como uma interpretação ou significação cultural dessa facticidade. Ser fêmea é, de acordo com essa distinção, uma facticidade que não tem em si nenhum significado.

Ser mulher é ter se *tornado* mulher, ter feito seu corpo se encaixar em uma ideia histórica do que é uma “mulher”, ter induzido o corpo a se tornar um signo cultural, é ter se colocado em obediência a uma possibilidade historicamente delimitada; e fazer isso como um projeto corporal repetitivo que precisa ser ininterruptamente sustentado. A ideia de “projeto”, entretanto, sugere uma força potencialmente geradora vinda de uma vontade radical; como gênero é um projeto que tem como fim a sobrevivência cultural, o termo “estratégia” talvez indique melhor a condição coercitiva em que a performance dos gêneros sempre acontece. (BUTLER, 2019, p. 219-220)

O ser mulher no plano social, cultural e político se projeta no ser mulher no plano jurídico. A delimitação das capacidades, dos direitos, deveres e obrigações, reflete a performatividades consolidadas na historicidade que hegemonicamente legou ao feminino o lugar marginal.

A interseccionalidade ao conectar diversas categorias analíticas instrumentaliza o olhar de quem pesquisa, bem como densifica o conteúdo, que, ao se deslocar da disciplinaridade para a interdisciplinaridade, entrelaça métodos de pesquisa de diversas áreas sobre um mesmo objeto de pesquisa, ampliando a perspectiva e a compreensão sobre dimensões que outrora não eram consideradas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 244-245).

Combinado a interseccionalidade e a interdisciplinaridade, a transversalização de variantes categóricas e de conteúdo se constituem em estratégias metodológicas que possibilitam o estabelecimento de especificidades que diferenciam os sujeitos, as temporalidades, os espaços, os micros e macros contextos, movimentando os olhares e as concepções sobre a perspectiva local e global do tema e do objeto de estudo em análise.

Retomando como recorte de pesquisa as relações de gênero e a ampliação da participação feminina na política brasileira, ao se optar por uma concepção de relações de gênero butleriana, ou mesmo scottiana, entre outras, deve-se ter o cuidado de se deixar claro o manejo dos métodos de raciocínio analítico, pois, considerando o caráter inter/transdisciplinar da temática, o uso de diversos modos de raciocínio se impõe.

Ao considerar aqui como opção de marco teórico a perspectiva butleriana de gênero, a análise geral do fenômeno da performatividade de gênero pode fazer diversos movimentos, pode situar-se num plano geral e descer ao específico, pode transitar do específico ao geral, se manter circunscrito aos polos.

Assim, considerando a opção do trânsito, que se constitui como a opção eleita, o processo dialógico se combina com o hipotético dialético e, transversalmente ocorrerá laborações analíticas

dedutivas e indutivas. Aliado a isso, as marcas das categorias secundária se manifestarão, tanto nas opções do recorte de pesquisa como no das categorias escolhidas.

Se a opção, no caso da ampliação da participação feminina na brasileira, for panorâmica ter-se-á *a priori* uma análise macro. Algumas categorias centrais como a de gênero e heteronormatividade serão aferidas por deduções passíveis de aplicação a situações específicas. Geralmente, tal opção invisibiliza sujeitos e microproblemas que se constituem como constantes e respondem a ocorrência dos macroproblemas pesquisados, aí o diálogo se manifesta como necessários.

Para entender, por exemplo, porque a participação feminina na política e o exercício do direito político passivo tem maior participação de mulheres escolarizadas de classe média, média-alta, com uma faixa etária que compreende as jovens adultas e adultas, há de se considerar macro variantes, elevando o seu peso em relação às micro variantes.

Um outro aspecto a ser considerado, dentro do campo da categoria analítica de gênero é a amplitude do feminino. A concepção de feminino, a depender do marco teórico utilizado, transcende a condição biológica sexual, pois se constitui como lugar performático de existencial no plano das relações sociais.

Consequentemente, feminino e masculino definirão opções de novas variantes analíticas especializantes dos métodos e estratégias de pesquisa. Logo, não há como desconsiderar a necessidade de se definir claramente o arcabouço teórico-metodológico em pesquisas que, embora muitas vezes se disfarcem como disciplinares, restrita a um campo do conhecimento, possuem natureza inter/transdisciplinar e a sua complexidade atraí novos olhares, novas possibilidade de análises e cuidados quanto às conclusões que não podem se fechar em razão da mutabilidade dos preceitos que lhes sustentam.

A interseccionalidade, a inter/transdisciplinaridade e a transversalidade corporificam condições necessárias para a compreensão da realidade das relações sociopolíticas, jurídicas e culturais da humanidade. Portanto, tanto em pesquisas de natureza acadêmica como nas profissionais, com perspectivas de aplicação prático-profissional, há de ter em vista singularidades e paradoxos que se estabelecem nas estruturas relacionais de poder e geram constâncias como as da baixa participação feminina na política brasileira.

Outrossim, diante do questionamento que norteou as reflexões aqui postas, a resposta a ser considerada não se esgota, não se coloca como conclusão, pois ela permanecerá aberta, mas pode ser firmada no sentido da necessidade de se complexizar a construção do conhecimento através do uso de métodos e procedimentos de pesquisa como a interseccionalidade, a inter/transdisciplinaridade e a transversalidade, para por meio deles e com outras possibilidades que surjam, conhecer o objeto de estudo, suas particularidades, suas condições de existência e suas projeções de mutações (MORIN, 1998, p. 244-245).

O mergulho profundo no conhecimento das causas que levam a uma baixa participação feminina na política brasileira serve de exemplo à necessidade de se repensar o modo de fazer ciência e produzir conhecimento. O desvio no modo hegemônico e disciplinar de saber é urgente, mas não se deve renunciar ao rigor, da abertura e da tolerância, que se constituem como pressupostos dos paradigmas como o da transdisciplinaridade impõe à produção do conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A existência humana por si só não é simples, não se constitui como realidade, ela é plural e se estabelece numa unidade de diversidades, de possíveis realidades. A sua existência já se constitui como um paradoxo de múltiplas possibilidades ontológicas, por isso não há como resolver os problemas sociais com um remédio único e o seu conhecimento demanda olhares e perspectivas plurais.

Ao se pesquisar uma temática que envolve relações de gênero e direitos políticos, com um recorte que busca compreender as causas que levam à baixa participação feminina na política brasileira, há de se considerar outras possibilidades de produção do conhecimento, deve-se abdicar da disciplinaridade e partir para a inter/transdisciplinaridade e as estratégias metodológicas e teóricas que delas decorrem.

A inter/transdisciplinaridade ao prever como pressuposto o rigor, a abertura e a tolerância, amplia as possibilidades de conexões de conteúdo e impõe o diálogo como processo de construção do conhecimento (NICOLESCU, 1999, p. 129-130). Conjuntamente com ele vem a interseccionalidade, que no caso dos estudos de gênero se torna imprescindível.

Ao se considerar imperativo aos estudos de gênero a utilização da interseccionalidade como método, por atração, amplia-se o quadro teórico e de áreas do conhecimento a serem consideradas na pesquisa, tornando necessária a admissão de estratégias metodológicas complementares para a compreensão das nuances que revelam as particularidades do problema de pesquisa em estudo.

No caso da temática que serve de parâmetro para as reflexões expostas, centrada nas relações de gênero e direitos políticos, que tem nas causas da baixa participação feminina na política brasileira a problematização central, a interseccionalidade com todas as suas nuances deve se fazer presente, pois dela se extraem diversas categorias analíticas.

Assim, para o diálogo de múltiplas categorias analíticas, como a de gênero, relações de gênero, heteronormatividade, classe social, raça, etnia, geração, os procedimentos analíticos da interseccionalidade possibilita o estabelecimento das conexões e desvela as especificidades sem perder de vista o estabelecimento de parâmetros gerais que nortearão o trânsito e reconhecimento de situações singulares e gerais.

Em relação à transversalidade de conteúdos conceituais e construções teóricas para o estabelecimento das especificidades, o caráter de complementaridade à estratégia metodológica que decorre da opção interseccional, se apresenta como opção.

Desse modo, ao se afirmar a complexização do conhecimento e a necessidade de estabelecer de forma clara o caminho trilhado na construção do conhecimento sobre determinada temática e os lugares que possibilitaram a construção de propostas de soluções a problemas das realidades que circundam os sujeitos envolvidos, tais como aqueles que se encontram em situação de marginalização política, como o que se verifica na baixa participação feminina na política brasileira, a dialogicidade emerge e torna-se regra.

Logo, diante da natureza reflexiva do presente artigo, há de se considerar que a complexidade do conhecimento desenvolvido nos estudos de gênero e sua relação com situações como a dos direitos políticos e a ampliação feminina na política, não se subsume a uma área do conhecimento, ou a métodos isolados de análise, mas, sim, envolvem múltiplas possibilidades analíticas para sua resolução, que não deve ser vista como a única e última solução, mas como a solução possível àquele momento e contexto, projetando sempre uma abertura às mudanças que podem modificar o estar de uma determinada existência.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. Atos performativos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre a fenomenologia e teoria feminista. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MORIN, Edgar. Complexidade e Liberdade. In: MORIN, Edgar; PRIGOGINE, Ilya (orgs). **A sociedade em busca de valores: para fugir à alternativa entre o ceticismo e o dogmatismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998.

_____. **Introdução ao pensamento complexo**. Tradução de Eliane Lisboa. Porto Alegre: Sulina, 2005.

NICOLESCU, Basarab. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as ciências**. 4. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.